

PELO FIM DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS



A principal matéria da edição traz histórico da cobrança previdenciária para aposentados e pensionistas, e define próximos passos na mobilização para seu fim

Veja como o Adufg-Sindicato e a Proifes-Federação, junto ao Instituto Mosap, atuam nacionalmente desde os anos 2000 pelo fim do confisco contra os servidores inativos e seus dependentes

MOBILIDADE

PROFESSOR CRISTIANO FARIAS AVALIA IMPACTO DO TRECHO UM DO BRT NORTE-SUL

Página 4

SOCIEDADE

DOCENTE DA UFJ CRIA GRUPO QUE ALIA SAÚDE MENTAL À PSICOLOGIA ANTIRRACISTA

Página 10

PRESERVAÇÃO

UFCAT LUTA PELA CRIAÇÃO DE INSTITUTO VOLTADO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CERRADO

Página 11

TRAJETÓRIA

CONHEÇA O PERCURSO PESSOAL E PROFISSIONAL DA PROFESSORA DE ANATOMIA MAGDA HELENA

Página 16

Em setembro de 2024, o Jornal do(a) Professor(a) completou 12 anos. O projeto do Jornal nasceu depois de uma ampla discussão entre professores, reunidos no Adufg-Sindicato, que procuravam encontrar um meio que servisse de ligação acadêmica. Ao criar o Jornal do(a) Professor(a), definiu-se uma política editorial, exclusivamente para atender aos anseios da comunidade universitária, antes somente da UFG e agora também da UFJ e UFCAT.

O projeto do Jornal e sua existência são uma raridade de sobrevivência, uma raridade em se tratando de uma publicação de sindicato. Normalmente as publicações sindicais desaparecem e, tempos depois, reaparecem com outros nomes e formatos. Em termos de avaliação de mercado, uma mídia institucional, publicada durante cinco anos seguidos, pode-se considerar um excelente investimento.

Nesses doze anos de publicação do Jornal do(a) Professor(a), houve muitas discussões sobre os modelos de jornais, em seus formatos e periodicidades - impressos e não impressos. Falou-se muito sobre a transformação do impresso para edição somente digital.

O tempo e a realidade mostraram que um

formato não elimina o outro, ao contrário, eles se complementam. Hoje, temos público para o digital e o impresso. No nosso caso, temos o Jornal nas duas modalidades, sendo que esta versão tem a vantagem de chegar na residência dos(as) associados(as), sem a necessidade de buscá-lo na rede.

Mais importante que os formatos são os conteúdos, que povoam o fazer universitário. A vida das três universidades são retratadas com zelo, com os cuidados acadêmicos, respeitando os limites de cada especificidade científica.

Enfim, o Jornal do(a) Professor(a) nasceu e cresceu como uma mídia do Adufg-Sindicato, ultrapassando a barreira dos cinco anos de 'carência'. Evoluiu sempre, diversificando a cobertura informativa, retratando a academia e seus movimentos técnicos, científicos, culturais e sociais.

No aniversário dos doze anos do Jornal do(a) Professor(a), o Adufg-Sindicato saúda e agradece a todos os professores e professoras que colaboram com essa mídia que pertence a todos da comunidade da UFG, UFJ e UFCAT.

Prof. Juarez Ferraz de Maia

Jornal do(a) Professor(a)

20ª DIRETORIA EXECUTIVA SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

Geci Silva
Diretor Presidente

Luciene Dias
1ª Vice-presidenta

Luís Contim
2º Vice-presidente

Ricardo Moura
3º Vice-presidente

Gláucia Carielo
Diretora secretária

Tatiana Fiuza
Diretora de Comunicação, Promoções
Sociais, Culturais e Científicas

Flávio Silva
Diretor Administrativo

Maria José Pereira
Diretora de Assuntos
Educacionais e de Carreira

Romualdo Pessoa
Diretor Financeiro

André Geyer
Diretor de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Ana Kratz
Diretora de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Geovana Reis
Diretora de Relações
Interinstitucionais

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO XII - Nº 88

OUTUBRO DE 2024

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Guilherme de Andrade
Editor responsável
DRT 0004484/GO

Guilherme de Andrade
Reportagem

Luana Cardoso
Reportagem

Fotografias: Nilma Ayumi

Diagramação: Raphael Dourado

Estagiário: Julio Gabriel

Data de fechamento: 15/10/2024

Tiragem: 2.500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:

@adufgsindicato

www.adufg.org.br

Prestação de contas

ABRIL DE 2024

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	431.153,62
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	6.044,34
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	0,00
1.4	Receitas Financeiras	37.445,01
1.5	Outras Receitas	7.080,58
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
Total R\$		481.723,55

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	106.443,52
2.1.2	Encargos Sociais	44.838,04
2.1.3	Seguro de Vida	731,77
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	4.401,07
2.1.5	Ginástica Laboral	758,74
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	3.557,17
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.157,06
Total R\$		161.887,37

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	4.702,98
2.2.2	Despesas com Correios	785,93
2.2.3	Energia Elétrica	1.608,79
2.2.4	Honorários Advocáticos	13.313,43
2.2.5	Honorários Contábeis	5.650,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	320,00
2.2.7	Serviços Gráficos	440,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	2.585,23
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	994,17
2.2.11	Vigilância e Segurança	0,00
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	3.496,31
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	604,23
Total R\$		34.501,07

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	8.643,94
2.3.2	Despesas com Táxi	284,73
2.3.3	Despesas com Coral	3.149,30
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	655,61
2.3.5	Diárias de Viagens	13.612,50
2.3.6	Tarifas Bancárias	2.102,27
2.3.7	Lanches e Refeições	4.679,34
2.3.8	Sextart	23.376,22
2.3.9	Patrocínios e Doações	13.422,00
2.3.10	Manutenção de Veículos	15.478,84
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	9.105,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	1.903,03
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	4.228,24
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	8.484,32
2.3.16	Hospedagens Hotéis	4.497,31
2.3.17	Material de expediente	396,76
2.3.18	Outras despesas diversas	3.454,54
2.3.19	Manutenção e Conservação	8.321,26
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	4.891,04
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.182,20
2.3.22	Despesas com Sede Cidade de Goiás	1.141,96
2.3.22	Despesas com eleições	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart Sd. Adm. Jataí	9.644,17
2.3.25	Sabadart Sd. Adm. Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	2.000,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	0,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		145.654,58

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	4.039,38
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	9.346,46
Total R\$		13.385,84

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	4.848,00
2.5.3	Profes Federação	28.246,86
Total R\$		33.094,86

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	388.523,72
3 Resultado do exercício 04.2024 (1-2)	93.199,83

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	313.348,70
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	558,31
4.1.3	Veículos	2.396,23
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		316.303,24

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	8.901,17
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		8.901,17

4.3 Aplicações Financeiras	60,00	
4.3.1	Aplicação	60,00
Total R\$	325.264,41	

Total Geral dos Investimentos R\$	-232.064,58
5 Resultado Geral do exercício 04.2024 (3-4)	

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Os balanços dos meses anteriores estão disponíveis em www.adufg.org.br.

ADUFG-SINDICATO INAUGURA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA COM ESPAÇO INFANTIL

Luana Cardoso

O Adufg-Sindicato inaugura uma biblioteca comunitária, em parceria com o LIBRIS (Laboratório do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca) da Faculdade de Comunicação e Informação (FIC/UFG). A ideia inicial era ter um espaço para que os professores e professoras sindicalizados pudessem deixar as crianças durante atividades desenvolvidas no sindicato, como explica o Diretor Administrativo do Adufg, Flávio Alves da Silva. “Achavam que o Adufg tinha muitos serviços, mas, às vezes, não vinham usar o Espaço Saúde, por exemplo, ou mesmo resolver alguma coisa, ou estudar, porque não tinha onde deixar as crianças”, destacou.

No entanto, diante do acordo com a LIBRIS, surgiu a oportunidade de ampliar a utilização do espaço destinado às crianças e a concepção se expandiu. A biblioteca, além de uma área para que os pais deixem suas crianças com segurança e tranquilidade, se tornará um espaço aberto à comunidade, como incentivo à leitura e estudo. “A ideia é servir de campo de estágio para estudantes que fazem Biblioteconomia na UFG, servir de um espaço onde os filhos dos professores possam utilizar e também liberar o acesso para escolas públicas aqui da Vila Nova ou de outras regiões de Goiânia que tenham interesse em conhecer a biblioteca comunitária do Adufg”, detalha Flávio.

Além do espaço destinado aos livros, a biblioteca comunitária Adufg terá um miniteatro, com um palco para contação e encenação de histórias, espaço para peças infantis, e um coworking acoplado, para que os pais e mães possam trabalhar e estudar enquanto os filhos fazem suas atividades. “O Adufg está implementando isso, de forma inédita, para que o professor tenha mais possibilidade de usar a estrutura do sindicato. Quando falo inédito, é o primeiro sindicato de professores do Brasil a ter uma estrutura dessa”, ressalta o diretor.



Foto: Argumento Arquitetura



Professora Geovana Reis, diretora de Assuntos Interinstitucionais, Professor Cristiano Almeida do Curso de Engenharia de Transporte, Professora Nancy Lopes. Editora da revista Travessia. | Foto: Adufg-Sindicato.

FELIZ DIA DOS PROFESSORES(AS)

No dia do professor, o Adufg-Sindicato, faz uma homenagem a toda comunidade universitária das universidades Federal de Goiás, Federal de Catalão e Federal de Jatai. Desde a sua fundação, a Adufg, está na linha de frente na luta em defesa dos professores, da cidadania e dos direitos civis.

Neste 15 de outubro de 2024, reafirmamos o nosso compromisso em continuar na luta pela defesa da nossa carreira, de melhores condições de trabalho, da manutenção da universidade pública, gratuita e de qualidade, pelo fortalecimento do serviço público e por um país mais justo e igual. A todos e todas o nosso abraço fraterno.



Contexto

Previdência, Meio Ambiente, Política

POR FLÁVIO SILVA - Diretor Administrativo do Adufg-Sindicato

Dia do professor e da professora

Aos docentes das Universidades Federais de Goiás, Catalão e Jataí, um feliz Dia do Professor e da Professora. Diante de um cenário de contingenciamento no orçamento das universidades, reformas que atacam os servidores públicos e desrespeitos do Legislativo Federal à Educação, o compromisso e competência da categoria se destacam mais do que nunca. Entre altos e baixos, vamos juntos construir um caminho que nos orgulhemos de trilhar.

Prefeitos e Prefeitas

As eleições municipais de 2024 refletem o agravamento da dicotomia esquerda x direita. Em meio à crise ambiental, ataques aos direitos dos servidores e embates entre Governo Federal e Legislativo, se faz mais urgente do que nunca escolher representantes com os quais, de fato, nos identifiquemos. Que o eleitor se lembre que os representantes do Poder Municipal são os mais próximos das necessidades da população antes de seu voto.

Vereador

O professor e três vezes reitor da UFG, Edward Madureira, agora dá sequência à luta em defesa da educação na Câmara de Goiânia. O docente foi eleito vereador no início de outubro com a segunda maior votação do pleito. Filiado ao PT, sua participação nas eleições contribuiu para aumentar a bancada petista na Casa de Leis. Apenas o ex-reitor conseguiu mais de 13,5 mil votos.

Velha inimiga

Esquecida no legislativo devido às pressões das classes sindicais e às eleições municipais, a PEC 32/2020, conhecida como Reforma Administrativa, ameaça retornar à pauta do Congresso. Representantes do setor dos comércios levantam mobilização em diversas plataformas pela aprovação da pauta que degrada a qualidade do serviço público no Brasil. Com o apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o texto tem mais força do que nunca. Você, servidor público que preza pela qualidade do trabalho realizado pelo Estado brasileiro, se junte à mobilização contra a PEC 32/2020.



Desmandos ideológicos

Exemplificando o despeito que legisladores podem adotar diante dos mecanismos legais da democracia, está o veto da Assembleia Legislativa de Goiás ao nome da professora Lueli Duarte para ocupar vaga no Conselho Estadual de Educação. Boa formação, currículo, indicações e compromisso não foram suficientes. A diretora da Faculdade de Educação da UFG foi colocada como simpaticante da "ideologia de gênero", pelo deputado Amauri Ribeiro (UB), por defender uso do livro 'O Avesso da Pele', e por isso a CCJ da Casa de Leis vetou o nome da docente.

E o fogo queimou...

Durante o mês de setembro, diversas cidades do país ficaram encobertas por fuligem e fumaça por dias seguidos. O céu azul típico da seca goiana foi encoberto. O Corpo de Bombeiros de Goiás foi acionado uma vez a cada trinta minutos, para combater os mais de 13 mil focos de incêndio que aconteceram até meados de setembro. O cenário escancarou a incapacidade dos três poderes, em todas suas esferas, em fazer cumprir a legislação e proteger o meio ambiente. Com mais de 90% dos focos sendo causado pela ação humana, o que nos resta são as cinzas.

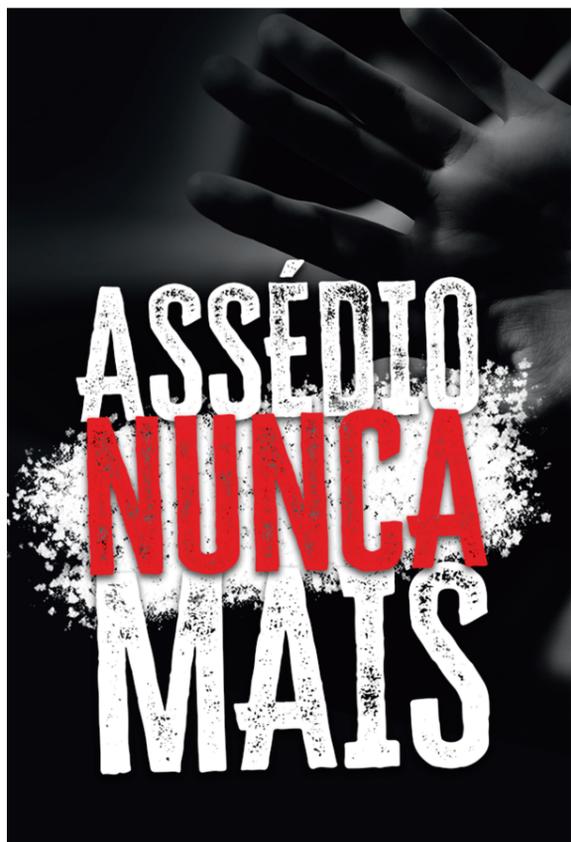


Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Assédio Nunca Mais

O Adufg-Sindicato reforça seu compromisso no combate ao assédio no ambiente universitário e na construção de um ambiente saudável e estimulante para que alunos e professores possam desenvolver suas atividades com excelência e segurança. A entidade sindical se coloca como canal para receber denúncias (de forma anônima, se a vítima preferir) e dar os devidos encaminhamentos no âmbito acadêmico e jurídico, se necessário for. Denunciar pode ser difícil, mas é fundamental na construção de uma universidade melhor.

PEC 555/2006

Em 2006 foi proposta a PEC 555 com o objetivo de dar fim, de uma só vez, à contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. Em 2003, com a EC 41, o Governo Federal impôs o confisco ao grupo com a desculpa de que seria temporário e alimentaria os cofres públicos, salvando o país. Em 2004, o STF referendou a decisão. Hoje, mais de 20 anos depois, a PEC nunca foi à plenária e se viu desatualizada após a Reforma da Previdência.

PEC 06/2024

A EC 103 de 2019 (parte das reformas de Bolsonaro) alterou as idades para a aposentadoria e, portanto, foi preciso atualizar a PEC 555/2006 de modo a potencializar a luta pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. O texto da PEC 06/24 propõe um fim escalonado da cobrança e já parece ser mais bem aceito do que a proposta anterior. A luta continua, e agora se traduz na busca de 300 requerimentos dos parlamentares para apensar à PEC 06 à 555 e tentar evitar que a mais recente passe pelas tramitações que a primeira já venceu.

No STF

O Supremo Tribunal Federal julga ações que questionam pontos da Reforma da Previdência de Bolsonaro. Alguns pontos em pauta são: as alíquotas progressivas para contribuições dos servidores públicos federais, a contribuição sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo (em caso de déficit) e a cobrança de pensionistas abaixo do teto do RGPS. Acompanhe essa discussão, seus direitos estão em jogo!

DO CÉU À TERRA: EXPOSIÇÕES CULTURAIS DA UFG PROMOVEM IMERSÃO E APRECIÇÃO DA FORÇA CRIATIVA

Luana Cardoso

Constelar

Dentre vários significados como “cobrir-se de estrelas” e “abrilhantar”, “Constelar” significa honrar, homenagear. Esta é a definição dada pelos organizadores da exposição, que aconteceu entre os dias 20 de setembro e 25 de outubro, e homenageou os estudantes, docentes e colaboradores que, desde 2010, contribuíram e têm contribuído para o desenvolvimento do Centro Cultural UFG (CCUFG).

A ideia da exposição “Constelar”, era reunir obras que fazem alusão à trajetória da galeria do CCUFG, que no universo das artes e cultura, formam uma constelação que preenche o céu da universidade. Neste caso, as estrelas são os artistas, e o céu, o espaço que abriga as obras nascidas deles.

Um dos colaboradores do evento, o professor de História da Arte e Estética da UFG, Paulo Duarte Feitoza, definiu a exposição Constelar como “não apenas um conjunto de obras, mas, a representação de um processo contínuo de trocas e interações, no qual artistas diversos colaboram para gerar uma constelação que ilumina a diversidade e a força criativa da comunidade artística”.

A coordenadora e produtora executiva da exposição, Maria Tereza Gomes da Silva, destacou o ponto central do evento. “Com as obras apresentadas, foi possível abarcar e contemplar esse grande momento de reunir tantos olhares, diversas atuações técnicas que passaram e que passam pelo Centro Cultural. Então, isso é uma exposição muito bonita, muito rica e que permite conexões múltiplas, como realmente uma constelação”, reitera.

Quem visitou a mostra encontrou uma variedade de obras de 42 artistas, como: fotografias, instalações, objetos, pinturas, vídeo arte, HQs, desenhos e peças em cerâmica. O Centro Cultural UFG fica na Av. Universitária, 1533, Setor Universitário, em Goiânia.



Matizes da Terra

A exposição artística e científica, Matizes da Terra, traz o solo como tema em uma construção interdisciplinar. “Um lugar de encontro de múltiplos saberes, de contemplação da arte, de instrumento educativo e sensibilizador tanto para arte como para temas latentes dentro do campo científico, tais como os ligados ao solo, que tem protagonismo em várias áreas do conhecimento, como engenharia civil, agronomia, geografia, geologia, ciências ambientais e outros”, detalha a professora.

No ecossistema, cabe ao solo a função de nutrir, gerar e garantir o desenvolvimento das plantas e frutos que nos alimentam. Além de ser a base para edificações, regulação climática, purificação das águas e manutenção da biodiversidade, o solo nos possibilita o advento de heranças culturais.

Com foco nessa contribuição, no que diz respeito à cultura, o solo foi peça fundamental, desde a pré-história. “Ao longo de toda a história, o solo tem assumido um papel crucial no campo cultural, sendo usado para pigmentação, pinturas corporais, elaboração de esculturas e afins”, destaca Andrelisa Jesus, professora do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA-UFG) e uma das idealizadoras do projeto “Matizes da Terra: parques urbanos, um reduto de solos na cidade”.

A proposta de realizar exposições no contexto do solo é uma iniciativa em parceria entre professores pesquisadores do IESA e da Faculdade de Artes Visuais (FAV) da UFG, Andrelisa Jesus, Glayson Arcaño de Sampaio e Adriana Mendonça. O projeto, que já está na sua 3ª edição, traz fotos técnicas de perfis de solo, fotos artísticas, pinturas artísticas com tinta de solo, artefatos cerâmicos, monólitos de solo e biblioteca de cores de solo, réplicas de perfis de solo e oficinas de tinta para os visitantes.

A exposição “Matizes da terra” acontecerá entre os dias 13 de setembro e 25 de novembro de 2024 no Planetário da UFG, que fica na Avenida Contorno, no Setor Central, em Goiânia. Este ano, a mostra conta com apoio e patrocínio da empresa Solocria, da Associação de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica, Núcleo Centro-Oeste (ABMS) e da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Núcleo Regional Centro-Oeste (SBCS), além da papelaria Universitária, da GAIA Jr, do Planetário da UFG e da PROEC



1 - Lançamento da exposição Constelar | Foto: Divulgação/CCUFG.
2 - Coleção de perfis de solos do Brasil – Obra: Andrelisa Jesus, Foto: Sabrina Schreiner.
3 - Centro Cultural UFG | Foto: Divulgação/CCUFG.
4 - Fotos de perfis de solo da exposição Matizes | Foto: Sabrina Schreiner.

ESPAÇO PARA DIVULGAÇÃO DE LIVROS PUBLICADOS PELO CEGRAF UFG

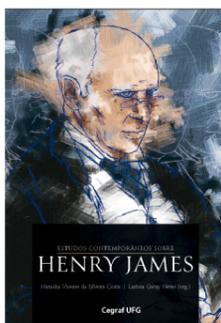


Educação permanente em saúde: dilemas, saberes e práticas no estado de Goiás

Cristiane Lopes Simão Lemos
Larissa Arbués Carneiro
(organizadoras)

Formato: impresso
ISBN: 978-85-495-0925-3
Ano: 2024

Esta é uma bela obra sobre o Sistema Único de Saúde em Goiás (SUS). O livro contém seis capítulos que abordam a Educação Permanente em Saúde. Retrata, com riqueza de detalhes, o percurso de concepções a partir da reestruturação produtiva do capitalismo e as proposições e implementação como política pública e seu rebatimento institucional nos serviços de saúde e individuais à medida em que aponta algumas de suas respostas peculiares das práticas desenvolvidas no estado de Goiás. Neste livro, estão reunidos textos com reflexões críticas advindas do processo de estruturação da política no país, experiências de extensão acadêmica, pesquisa junto à rede de serviços e resgate histórico da trajetória da educação permanente com evidências significativas do que tem ocorrido no âmbito do estado de Goiás.



Estudos contemporâneos sobre Henry James

Natasha Vicente da S. Costa
Larissa Garay Neves
(organizadoras)

Formato: digital (e-book / PDF)
ISBN: 978-85-495-0782-2
Ano: 2024

Este *e-book* resulta, principalmente, das pesquisas sobre a obra de Henry James (1843-1916), escritor estadunidense naturalizado britânico. O livro reúne sete capítulos acerca do vasto legado desse autor que se destaca por apresentar enredos que abrangem dramas pessoais e familiares, o aprofundamento psicológico de personagens e questões socioculturais de sua época. Seu legado inclui contos, novelas, romances, peças teatrais, cartas, relatos de viagem, autobiografias, prefácios e textos de crítica literária. O contexto de criação de tais obras por vezes revela-se variado e transicional: entre o continente americano e o europeu, entre o século XIX e o início do século XX e em relação a movimentos literários, como o Romantismo, o Realismo e o Modernismo.

Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/w/eby/up/688/o/Estudos_Contempor%C3%A2neos_sobre_Henry_James_FINAL.pdf
ou pelo código QR ao lado.

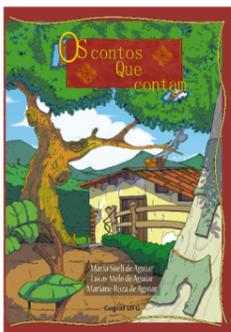


Memórias de Kima: o pequeno ucraniano

Textos de Akim Botovchenco
Ekaterina Akimovna
Botovchenco Rivera
(organizadora)

Formato: impresso
ISBN: 978-85-495-0921-5
Ano: 2024

Memórias de Kima. Romance ou autobiografia? Pode ser a futura história de ucranianos que hoje, no século XXI, abandonam sua pátria em razão da guerra. Essa é a fantástica história de Kima Botovchenco ou Akim-Joaquim. Ucraniano nascido em Lohkvitsia, em 1893, sofreu os horrores da guerra imposta pelos bolcheviques no século seguinte; sua história tinha como pano de fundo as figuras de um filme histórico: rainha Vitória, imperador Francisco José, Tchaikovsky, Bismarck, Engels e Maupassant. Uma semente do mal brotou seis anos antes de Kima nascer: Hitler. Aparentemente sem perspectivas numa brutal guerra, Kima faz uma emocionante narrativa de sua vida sem paz, mas, finalmente, vencedor. A história de Kima, ex-soldado, médico formado na Tchecoslováquia, apresenta um roteiro da angustiante realidade de um exilado em vários países até chegar ao Brasil. Tem tudo para parecer a melhor ficção, e como tal poderia passar, mas o leitor estará diante da gigantesca história de quem não conheceu a palavra desistir. É a autobiografia de um homem culto, intelectual que soube escrever com elegância e sinceridade tão incríveis situações vividas. Suas memórias foram escritas em um caderno, silenciosamente guardado e recentemente redescoberto por Ekaterina Akimovna Botovchenco Rivera, Doutora Notório Saber da UFG, cuja competência apresentou-nos o impressionante Kima.



Os contos que contam

Maria Sueli de Aguiar
Lucas Melo de Aguiar
Mariane Roza de Aguiar

Formato: impresso
ISBN: 978-85-495-0934-5
Ano: 2024

Os textos de *Os contos que contam* estão em linguagem simples e de fácil compreensão. Eles iniciam com ilustração de Mariane (uma menina), alguns deles são acompanhados por vídeos criados por Lucas. Tanto as ilustrações quanto os vídeos sugerem enriquecimento imagético dos contos. Todos os contos são uma reescrita dos textos originais visando incentivar ao leitor a criação de novas versões deles. Os textos escolhidos são para a faixa etária infanto-juvenil, preferivelmente. O livro poderá propiciar imaginações, sonhos e pensamentos alternativos. Cada texto é um convite a ressignificação do seu conteúdo despertando prazer em recontar seu enredo.

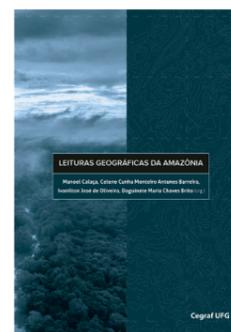


Eu no meio do ambiente

Emiliano Lobo de Godoi

Formato: impresso
ISBN: 978-85-495-0926-0
Ano: 2024

O livro *Eu no meio do ambiente* não se destina a doutrinar convertidos, mas visa o homem comum que, por meio do conhecimento, pode alterar sua própria relação com o meio ambiente contribuindo dessa forma quase molecular, com a gigantesca tarefa de mudanças. Como o texto da capa, assinado por Fernando Gabeira, ressalta: “A força deste livro vem da experiência vivida na aridez da crise ambiental, vem dos diálogos do monitoramento e das teses que fazem parte da vida profissional do autor. O prof. Emiliano não se limitou aos seus alunos universitários ele quis estender suas contribuições para todos. Nisto está realmente a vocação de um mestre que é dedicar seu presente ao futuro dos seus discípulos. Emiliano o faz da maneira mais completa, pois dedica seu presente também ao futuro do nosso planeta.”



Leituras geográficas da Amazônia

Manoel Calaça
Celene Cunha M. A. Barreira
Ivanilton José de Oliveira
Daguinete Maria Chaves Brito
(Organizadores)

Formato: impresso
ISBN: 978-85-495-0815-7
Ano: 2024

Este livro condensa o trabalho de muitas mãos produzido ao longo de cinco anos de desenvolvimento do Dinter UFG/Unifap, entre 2015 e 2019. A origem dos textos reunidos se relaciona a momentos ímpares da história da Ciência praticada na Amazônia, e em especial no Amapá articulada em torno da Unifap e do Ifap. Esse processo pode ser melhor compreendido tomando por base os múltiplos caminhos teóricos identificados nesta obra em conjunto e nos capítulos em particular. Os capítulos oferecem um olhar sobre os processos socioambientais e econômicos na Amazônia Brasileira, que, além de ser uma fronteira agrícola, tornou-se uma fronteira urbana. O livro servirá à instrumentalização das políticas públicas, ou seja, pode ser usado como parâmetro para o planejamento de ações de governança na fronteira agrícola e urbana que se desenvolve na Amazônia Brasileira e, especialmente, no Amapá.

LUTA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS SE ATUALIZA: PELO APENSAMENTO DA PEC 06/24 À 555/06

Após reforma de Bolsonaro, o texto de 2006 se torna ilegal e se faz necessária a criação de novo projeto que busca o fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas

Guilherme de Andrade

O Adufg-Sindicato tem se mobilizado ao longo deste e do último ano em prol da luta pelo fim da contribuição previdenciária de servidores já aposentados e pensionistas. No início, a mobilização se concentrava na aprovação da PEC 555, originalmente proposta em 2006, mas esta se encontra parada no Poder Legislativo desde 2010. Agora, essa luta se atualiza na forma de PEC 06 de 2024.

Apesar de ambas as PECs buscarem o fim da contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas, a PEC 06/2024 propõe o fim gradual deste confisco. A ideia de escalar essa conta garante que o projeto seja mais bem aceito do que seu antecessor, a PEC 555, que precisou ser atualizada após quase 15 anos desde a última discussão sobre o tema.

A diretora de Assuntos de Aposentadoria e Pensão do ADUFG, professora Ana Christina de Andrade Kratz, coloca a continuidade da cobrança previdenciária após a aposentadoria como injusta. “Nós, aposentados, já contribuimos pelo tempo necessário sobre a totalidade dos nossos vencimentos”, resume a docente ao indicar a necessidade de ampliação do número de servidores ativos. “Num sistema contributivo e solidário, o importante é que a destinação seja certa, que a aplicação seja correta e que a base de contribuição seja sempre ampliada”, resumiu.

Por sua vez, a professora aposentada da Faculdade de Nutrição (Fanut) da UFG, Dulce Terezinha Oliveira Cunha, reforça a importância da continuação da pauta proposta pela PEC 555/2006, mesmo que de forma escalonada, na PEC 06/2024. A professora considera que os impactos financeiros imediatos que viriam com a aprovação da primeira proposta podem ter sido decisivos para o esquecimento da pauta no Legislativo. “É mais fácil de ser aprovada [PEC 06/2024] porque representa um baque menor nas finanças do governo”, concluiu.

Histórico

O professor Vanderlei Carraro, representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de



Comitiva do Adufg-Sindicato vai a Brasília na luta pela aprovação da PEC 555/06 | Foto: Adufg-Sindicato.

Instituições Federais de Ensino Superior, Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES-Federação) junto ao Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), faz um histórico dessa cobrança.

“Em 2003, com a Emenda Constitucional (EC) 41, foi regulamentada a tributação sobre aposentados e pensionistas”, explica a origem do confisco que se vê nos dias atuais. No início, a promessa feita, de forma documentada, inclusive, dizia que a cobrança nos contracheques de aposentados e

pensionistas seria temporária, de 10 a 15 anos no máximo. “Pelo caixa do governo estar mal, a tributação sobre o aposentado e pensionista seria o mais fácil para começar a forma arrecadatória que, segundo eles, seria para salvar o país naquela época”, resumiu Vanderlei, que acompanha a movimentação desde então.

A decisão unilateral do Governo Federal em taxar os salários dos aposentados e pensionistas foi referendada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano seguinte, que apontou a manobra como algo dentro dos limites da Lei. Na sequência, alguns estados e municípios também começaram, seguindo seus próprios critérios, a adotar a cobrança, que já vai completar seus 21 anos.

Nesse sentido, surgiu a PEC 555/2006, de autoria do então deputado Carlos Mota (PSB-MG), buscando extinguir de uma vez a cobrança considerada injusta, através da anulação do artigo quatro da EC 41 de 2003. Apesar da tramitação morosa, o texto foi aprovado em todas as comissões e estava pronto para ser apreciado em plenária desde julho de 2010. “Até hoje não foi colocada em votação por vontade política negativa de quem presidiu a casa em todos esses anos”, resumiu.

Em 2019, veio a EC 103, desdobramento das reformas na previdência do Governo Bolsonaro, que alterou as datas para apo-



Comitiva Adufg-Sindicato participa das discussões em defesa do apensamento da PEC 06/24 à PEC 555/06, em Brasília | Foto: Adufg-Sindicato.

PROJETO COORDENADO POR PROFESSORA DA UFJ PROMOVE ATIVIDADES DE SAÚDE MENTAL VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA ANTIRRACISTA

Observatório de Saúde Mental e Práticas Comunitárias desenvolve projetos que englobam discussões de saúde mental e visibilidade a intelectuais negros e indígenas

Luana Cardoso



Integrantes do obsam.ufj na Mostra de Extensão da Semana de Psicologia da UFJ. (Foto: Arquivo)

Com a intenção de que os saberes ultrapassem os limites do espaço acadêmico e possam, de fato, chegar a quem precisa, a professora de psicologia da Universidade Federal de Jataí (UFJ) e coordenadora do Observatório de Saúde Mental e Práticas Comunitárias, Rita de Cássia Andrade Martins, criou e deu asas ao projeto comunitário de saúde mental. Desde 2016, a iniciativa promove programas voltados ao desenvolvimento da psicologia antirracista, que cresceram, até chegar à comunidade externa em atividades vinculadas à UFJ, que englobam a inclusão e valorização de conhecimentos de grupos intelectuais desvalorizados pela sociedade.

A professora do curso de Psicologia atuante no trabalho comunitário, com enfoque na saúde mental, viu no diálogo entre psicologia comunitária e saúde coletiva o espaço para desenvolver práticas que promovem discussões sobre a postura antirracista e o enfrentamento aos efeitos do colonialismo na psicologia brasileira. Os projetos envolvem a leitura de obras produzidas por intelectuais negros e indígenas, ações de acolhimento voltadas para idosos e crianças, discussões de temas ligados ao autocuidado e ao letramento antimanicomial.

Vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Observatório une a tríade ensino, pesquisa e extensão, para incentivar os alu-

nos a se inserirem neste espaço de escuta e cuidado, ao mesmo tempo em que praticam os conhecimentos aprendidos em sala de aula. Os projetos incluem a interdisciplinaridade e recebem estudantes de cursos de áreas variadas, e até mesmo voluntários externos ao ambiente acadêmico.

Apesar de atender diferentes faixas etárias, entre elas crianças, adolescentes e idosos, todas as atividades desenvolvidas pelo Observatório são associadas às discussões antirracistas, pauta que a professora dita como central. “Os projetos que o observatório envolve são nesse âmbito da saúde mental, das práticas comunitárias e da promoção da saúde. Além disso, a gente trabalha também, de forma universal em todos os nossos projetos, os determinantes sociais da saúde, dando foco na questão do racismo. Todos os nossos projetos são anti racistas, porque sentimos que o racismo adoece. Eles têm esse foco e a formação dos estudantes, dos profissionais que acompanham a nossa equipe, na atividade antirracista”, detalha Rita Martins.

Englobando saberes e experiências

Atualmente, o Observatório de Saúde Mental e Práticas Comunitárias conta com alguns projetos ativos, entre os que foram pausados e criados recentemente. O “Cirandas de Leitura”, que desenvolve leituras coletivas de obras de intelectuais indígenas e negros que contribuem para o conhecimento de práticas de psicologia; o “Enegrecendo Saberes Psicológicos”, que é uma ação de extensão para divulgação científica vinculada à pesquisa “Decolonizando a Psicologia Brasileira” e ao projeto “Cirandas de Leitura Coletiva”, e o “Hora do Cafezim”, que é um grupo de convivência para idosos voltado para as discussões coletivas de temas pertinentes a esse período da vida.

Além disso, realizam os quadros com programas online que discutem temas ligados às terapias de autoconhecimento, também no formato virtual e podem ser acessados no canal do programa no YouTube e no instagram (@obsam.ufj). Outro projeto executado sazonalmente é o “Histórias Memórias e Afetos” que promove o letramento antimanicomial e realiza visitas guiadas ao prédio do antigo Sanatório de Jataí.

Durante a pandemia de Covid-19, o Observatório foi levado para o digital, de modo a alcançar mais pessoas e auxiliar quem tanto precisava de cuidado mental. Atualmente, os projetos continuam funcionando em atendimentos presenciais e também virtuais. Se unindo à vontade de aprender dos alunos e a necessidade de quem busca ser ouvido e validado, os programas da professora Rita e das dezenas de voluntários e apoiadores, não só alcançaram voo, como fizeram morada nos corações dos participantes.



Conferência Municipal de saúde mental. (Foto: Arquivo)

UFCAT TRABALHA NA CRIAÇÃO DE UM INSTITUTO DE PESQUISA VOLTADO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CERRADO

A iniciativa está sendo discutida com o Governo Federal, em parceria com a UFG e outras universidades públicas e particulares

Luana Cardoso



Reunião de trabalho entre a UFCat, UFG e representantes do MCTI. Foto: Reprodução/UFCat.

Com objetivo de fomentar pesquisas e projetos voltados para o desenvolvimento e ações de preservação do Cerrado, a Universidade Federal de Catalão (UFCat) trabalha em uma proposta para criação do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável do Cerrado. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e outras instituições públicas e privadas situadas no Cerrado.

O professor titular e Coordenador de Pesquisa do Instituto de Geografia da UFCat, Idelvone Mendes Ferreira, explica a relevância do projeto diante da imensidão do Cerrado e da importância da manutenção do bioma. “Considerando os 22 milhões de quilômetros quadrados que o Cerrado tem, é uma área muito grande, há a necessidade de uma instituição para centralizar e, nesse processo dessa centralização, fomentar ainda mais o desenvolvimento dessas atividades”, pondera.

O especialista, que participa ativamente das discussões de planejamento para a execução da proposta de criação do Instituto, detalha que os principais objetivos são relacionados a unificação e incentivo às atividades de pesquisa focadas no Cerrado. “O

foco é o desenvolvimento de atividades na área geográfica do Cerrado, e, conseqüentemente, entender o meio, a ocupação antrópica e as conseqüências desse processo de ocupação, sejam no meio físico, seja no meio antrópico, ou no meio cultural”, explica o professor

Em prol da preservação

A ideia é criar um programa semelhante ao desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), que dissemina conhecimentos, tecnologias e inovações que contribuem na formulação de políticas públicas e ações para o desenvolvimento sustentável do bioma. “O Cerrado é um dos últimos biomas que está sendo criado. Já existe o da Amazônia, que é o INPA, já existe o do Nordeste, tem no Rio Grande, nos Pampas. E o Cerrado agora que está se organizando, tendo como frente desses trabalhos, as universidades”, elucida Idelvone.

Na parceria para execução da criação do Instituto estão as universidades públicas de Estados que abrangem a área de incidência do Cerrado, como a UFG, a UFCat, a Universidade Federal de Brasília (UnB), e as universidades do Mato Grosso do Sul e de

Minas Gerais, além dos Institutos Federais e das instituições privadas. “Pelo que nós estamos discutindo, as instituições de ensino que ficarem fora desse instituto terão dificuldade de fazer, inclusive, captações de recursos para desenvolver as diferentes atividades propostas”.

“O Instituto terá primordialmente a função de coordenar e ou centralizar também as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito geográfico do Cerrado. Porque, hoje, cada instituição faz pesquisas, muitas vezes, de forma isolada, então, a função do Instituto é garantir a formação de uma rede de pesquisas diversas na região do Cerrado”, acrescenta Idelvone. Para isso, a UFCat e as instituições parceiras negociam a obtenção de recursos por parte do Governo Federal e apresentam reivindicações para regularização técnica e física desse instituto.

Atualmente em fase de estruturação documental junto ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), órgão vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a meta é que o instituto esteja estruturado até 2025



A GUERRA RUSSO-UCRANIANA E AS CONTAS DE CASA NO BRASIL

POR DIEGO TRINDADE - Professor de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás.

No dia 24 de fevereiro de 2022, muitos internacionalistas, como eu, sentiram no coração um empático sentimento de dor quando da eclosão de mais uma guerra no mundo. Nas primeiras horas do dia começou a transmissão ao vivo da invasão russa à Ucrânia. Destruição, milhares de vítimas, milhões de refugiados(as) e diversas outras expressões de sofrimento que a guerra provoca. Ao nosso redor, as pessoas têm perguntado como isso nos afetaria no cotidiano.

Espera-se contribuir para as respostas, com o foco na economia: o pãozinho mais caro na padaria, a gasolina mais cara nos postos de combustível, etc. Em resposta àquelas pessoas, elaborou-se texto publicado em 2022, que ganhou nova roupagem e atualizações.

A Ucrânia exportou para o mundo, em 2023, quase metade do que exportara em 2021. O país respondia em 2021 por 11% do total das importações mundiais de milho, produto crucial para consumo humano direto e indireto (como ração animal). Naquele ano, 10% da demanda mundial por trigo vinha da Ucrânia.

O Brasil, contudo, não dependia da Ucrânia. As compras provenientes da Ucrânia, que já eram inexpressivas em 2021, caíram em razão de 10 vezes até 2023. Importávamos de lá sobretudo ferro e aço, mas o Brasil se mostrou capaz tanto de suprir parte da demanda nacional por esses produtos quanto para atender à demanda da União Europeia, antes atendida por Ucrânia e Rússia.

A Rússia tem papel central como fornecedora global de combustíveis, fertilizantes e trigo. A guerra não modificou esse status,

e sim o destino das suas exportações. Não colapsaram totalmente os sistemas produtivos e logísticos russo-ucranianos, tampouco houve um bloqueio generalizado do comércio exterior dos beligerantes.

Prova disso é que as importações brasileiras provenientes da Rússia quase dobraram entre 2021 e 2023, com destaque para as compras de óleo diesel. Em 2021, metade do trigo consumido no Brasil dependia do exterior, assim como 80% dos fertilizantes. Isso sublinha a dependência brasileira em relação à Rússia.

A guerra afetou os preços globais de todos os produtos mencionados e, assim, o cotidiano dos brasileiros. Fertilizantes respondem por até 40% dos gastos operacionais de produtos agrícolas no Brasil, então, o encarecimento daqueles afeta os preços do milho e da soja, que por sua vez afetam a ração animal e o preço da carne.

Por um lado, a Petrobrás lucrou com o aumento do preço internacional de combustíveis. Por outro lado, os preços prejudicaram a renda de motoristas de aplicativo, por exemplo, e, indiretamente, todos os produtos que precisam ser transportados até o seu consumidor. E a dependência brasileira da matriz rodoviária maximizou o problema.

O Brasil tradicionalmente depende de trigo importado, produto crucial para pão, macarrão e muitos outros alimentos. A guerra não foi o único fator que encareceu o preço do trigo no Brasil. O enfraquecimento da moeda nacional encarece tudo que é importado, e o real foi uma das moedas que mais se desvalorizou no mundo de 2020 a 2022, em comparação a outras economias em desenvolvimento.

Crises propiciam reflexões sobre as nossas vulnerabilidades e potencialidades. E soluções dependem da valorização da educação e da ciência para inovar em competitividade e em sustentabilidade em setores como fertilizantes, trigo e combustíveis.

O Plano Nacional de Fertilizantes aprovado em 2021 demorou para começar a ganhar corpo, mas apresenta potencial para não apenas diminuir a dependência externa do Brasil, como também para promover soluções ambientalmente sustentáveis. O RenovaBio ou Política Nacional de Biocombustíveis, de 2017, têm mostrado resultados animadores nestes últimos meses. Vale mencionar o Programa Nacional do Bioquerosene, que significa um salto tecnológico no setor da aviação.

É preciso conhecimento, planejamento, profissionalismo e transparência para chegarmos a uma política de preços da Petrobrás que contribua para um sistema de logística mais confiável, eficiente e sustentável. Nesse sentido, contribui também o recente avanço na construção de ferrovias, que podem modificar a atual matriz de transporte brasileira, extremamente cara, suja e insegura.

Uma ação diplomática inteligente pode ativar as nossas relações especiais com a China, grande exportadora de fertilizantes, e com a Argentina, tradicional exportadora de trigo. Ambos os países oferecem oportunidades de cooperação técnica para aprimorar a nossa produção nacional.

Em todos os níveis do Estado, incluindo governos municipais, é necessário analisar conjunturas, construir cenários e, assim, elaborar as políticas públicas que protejam cidadãos dos riscos e criem oportunidades diante das adversidades.



Imagens: Serhii Nuzhnenko (Radio Free Europe/Radio Liberty) / José Cruz (Agência Brasil)



O JÚRIDICO EXPLICA

POR IGOR ESCHER - Acessor jurídico do Adufg-Sindicato

PEC 555/2006

A PEC 555/06 foi apresentada em 22/06/2006, prevendo a revogação do art. 4º da Emenda Constitucional 41, de 2003, que institui a contribuição dos servidores públicos aposentados. A mesma medida, inclusive, foi proposta em 2007, por meio da PEC 152, apensada à PEC 555, e hoje, ambas, estão sujeitas à apreciação do plenário da Câmara dos Deputados.

O artigo da Emenda Constitucional nº 41 de 2003, que se pretende revogar, instituiu o imposto previdenciário aos servidores aposentados naquilo que os mesmos recebiam acima do teto do benefício do INSS. A EC 41/2003 foi a mesma que acabou com a integralidade e paridade dos servidores públicos, sendo o imposto previdenciário justamente uma forma punição daqueles que ingressaram no regime anterior. A medida foi impugnada no Supremo Tribunal Federal, que entendeu constitucional a regra em razão do princípio da solidariedade da previdência social.

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 103 de 2019, que alterou as regras previdenciárias vigentes então pelas Emendas Constitucionais nº 41 de 2003 e 47 de 2005, a PEC 555/2006 fica desatualizada, merecendo, portanto, uma nova roupagem para abarcar também as novas regras, especificamente no art. 11 da Emenda Constitucional nº 103 de 2019, que prevê uma graduação de alíquotas para a cobrança do imposto previdenciário para ativos e inativos.



Adufg-Sindicato e Proifes-Federação levam as demandas dos docentes aposentados para reunião com então recém-empossado ministro da Previdência, Carlos Lupi | Foto: Proifes-Federação

PEC 06/2024

A PEC 06/2024, apresentada em 05/03/2024, revoga, do art. 149 da Constituição Federal, o parágrafo 1º-A, que prevê uma contribuição ordinária de aposentados, em caso de déficit atuarial, ao que exceder o salário-mínimo, conforme faixa de alíquota; o § 1º-B, que prevê a possibilidade, em caso de déficit atuarial, de contribuições extraordinárias a inativos; e o § 1º-C, que prevê que a contribuição extraordinária de que trata o § 1º-B deverá ser instituída simultaneamente com outras medidas para equacionamento do déficit. Revoga ainda o parágrafo oitavo do art. 9º da EC 103/2019, que prevê prazo máximo de vinte anos para essas regras.

Pretende, ainda, alterar do art. 40º da Constituição Federal, o inciso X do § 22, retirando a possibilidade de contribuições extraordinárias; insere o § 21-A, que confere a isenção da contribuição de aposentados por incapacidade permanente no trabalho, de portador de doença incapacitante, e estabelece que a redução da contribuição dos aposentados será de 10% a cada ano, a partir que os titulares do benefício (aposentadoria ou pensão) completarem 66 anos, se homens, e 63 anos, se mulher, e extingue a contribuição quando se atingir 75 anos.

A PEC 06/2024 é recebida com bons olhos pelos atores políticos, contudo, a mesma não apresenta o mesmo benefício da PEC 555/06, vez que no texto desta há previsão que as regras lá insculpidas entrem em vigor desde 1º de janeiro de 2004, ou seja, torna inexistente no mundo jurídico a contribuição dos aposentados e pensionistas. Enquanto aquela faz uma graduação para se diminuir e eventualmente extinguir essa contribuição, condicionado à idade. A nova PEC ainda precisa percorrer o caminho já percorrido pela PEC 555/06, razão pela qual se luta para que sejam apensadas, possibilitando sua discussão já em plenário.



Debate sobre PEC 06/2024 com deputada Carla Ayres (PT-SC), na Casa de Leis Federal | Foto: Bruno Spada / Câmara dos Deputados

No STF

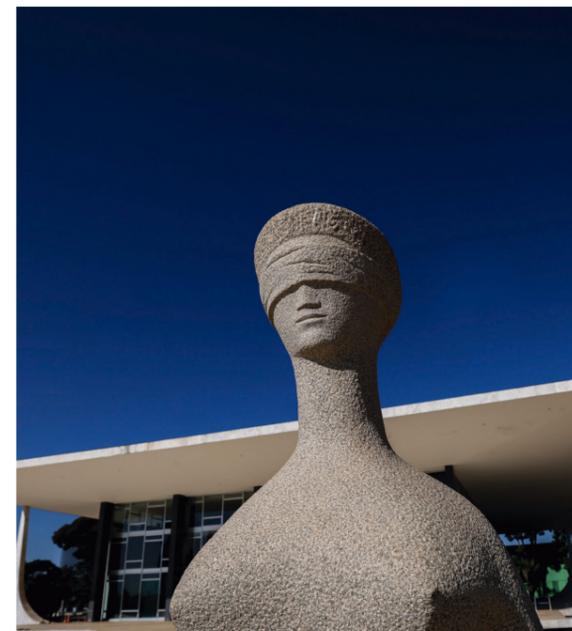
Ainda está pendente no Supremo Tribunal Federal, na ADI nº 6.254 e várias conexas, para declarar a (in)constitucionalidade de dispositivos da Reforma da Previdência de Bolsonaro, a EC 103/19.

O voto do relator, Min. Barroso, é pela constitucionalidade da reforma, apenas para que seja dada interpretação conforme a Constituição ao art. 149, § 1º-A, com a redação dada pela EC 103/2019, a fim de que a base de cálculo da contribuição previdenciária de inativos e pensionistas somente possa ser majorada em caso de subsistência comprovada de déficit atuarial após a adoção da progressividade de alíquotas.

O Min. Fachin divergiu, entendendo inconstitucionais a contribuição extraordinária; a diferença de tratamento das mulheres do RPPS, com fracionamento a partir de 20 anos de contribuição (para aposentadorias pela média), enquanto as do RGPS são partir de 15 anos; e a anulação das aposentadorias que tenham contado tempo de serviço sem correspondente contribuição. Hoje já há maioria (7 a 3), acompanhando-se a visão de Fachin, pendente somente o voto de Gilmar Mendes.

A contribuição extraordinária pode ser cobrada de todos os servidores públicos, inclusive os federais, de forma que tudo aquilo que hoje se recebe acima de um salário-mínimo, sendo que as ordinárias são acima do teto do INSS.

Não há essa previsão de taxaço pela União, mas em caso de alteração do poder político, pode-se implementar, sendo que estão implementados em vários estados da Federação, pelo que, hoje, a conclusão do julgamento nada alteraria nas cobranças dos aposentados/as e pensionistas, afetando somente aposentados/as e pensionistas dos estados que estipularam essa cobrança, mas inviabilizaria, de forma definitiva, eventual taxaço abaixo do teto, entendo o STF se tratar de confisco.



O que for decidido no STF poderá ser replicado nas outras cortes do país | Foto: Gustavo Moreno/STF



NÃO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS – UMA LUTA DE MAIS DE 20 ANOS

POR GECI SILVA - Presidente do Adufg-Sindicato

A Lei nº 8.112, 11 de novembro de 1990, ao implementar o Regime Jurídico Único (RJU) para os servidores da União, previu no art. 231, § 2º, que o custeio da aposentadoria dos servidores seria de responsabilidade integral do Tesouro Nacional. Tratava-se, então, da mera continuidade do sistema antes vigente, em que a contribuição do servidor ativo era exigida, apenas, para o custeio das pensões, com alíquota reduzida.

No entanto, a EC 003/1993 incluiu o §6º no Art. 40 da Constituição Federal colocando que o custeio das aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais passariam a ser custeadas também com as contribuições dos servidores. Imediatamente depois de publicada, foi editada a Medida Provisória 1.415/1996 que passou a prever a cobrança de contribuição de inativos, dando nova redação ao art. 231 da Lei nº 8.112, ficando a contribuição mensal incidente sobre os proventos considerando-se as mesmas alíquotas e faixas de remuneração estabelecidas para os servidores em atividade.

As alterações incluídas pela EC n. 43/2003 extinguiu para os novos servidores a paridade de reajustes entre ativos e inativos e passou a prever para os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e a inclusão de contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social (RGPS) (teto da previdência), com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

A Medida Provisória 167/2004, convertida na Lei 10.887/2004, fixou a alíquota única de 11% sobre a totalidade da base de contribuição (remuneração e proventos), incidente sobre a parcela acima do limite do teto de contribuição do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para os aposentados e pensionistas da união, sendo que os aposentados por invalidez permanente seriam isentos até duas vezes o teto do RGPS. Importante ressaltar que a Lei acima regulamentou para os servidores da união, enquanto alguns estados e municípios regulamentaram considerando a cobrança do que excedia um salário mínimo.

Com a publicação da EC 103/2019, o que era ruim piorou, especificamente quanto à contribuição previdenciária, fixando novas faixas de contribuição e alí-

Alíquotas de contribuição para o RPPS da União - aposentados e pensionistas					
Faixas		Alíquota	Cont. devida/ Faixa/R\$	Cumulativo	% Efetivo
R\$ 0,01	R\$ 7.786,03	0%			
R\$ 7.786,04	R\$ 13.333,48	14,50%	R\$ 804,38	R\$ 804,36	6,03%
R\$ 13.333,49	R\$ 26.666,94	16,50%	R\$ 2.200,02	R\$ 3.004,40	11,27%
R\$ 26.666,95	R\$ 52.000,54	19,50%	R\$ 4.813,38	R\$ 7.817,78	15,03%
R\$ 52.000,55	...	22%			

Tabela Contribuição do Aposentado e Pensionista da União 2024 (após EC/2023)

quotas de forma progressiva e mantendo a mesma regra para os aposentados por invalidez permanente.

Por exemplo, um aposentado ou pensionista da união com proventos de R\$18.500,00 contribui atualmente para a previdência com R\$ 1.656,85, o que equivale a 8,9% de contribuição, antes era R\$1.178,54, ou seja, 6,37% e o aposentado por invalidez permanente antes contribuía com R\$322,07, ou seja, 1,74%, tendo assim um aumento significativo.

Além da tentativa inicial de ADI para reverter a cobrança, que acabou validando a cobrança, em 06/2006 o Dep. Carlos Mota/MG apresentou a PEC 555/2006 com o objetivo de reverter a cobrança previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados e pensionistas. Após tramitação em todas as comissões da Câmara Federal, teve o parecer aprovado em 10/2010, onde retirava a cobrança na hipótese de invalidez permanente e reduzia a contribuição previdenciária aos que estavam acima do teto em 20% a cada ano, a partir do sexagésimo primeiro aniversário, isentando a contribuição a partir de 65 anos. Apesar dos mais de 300 requerimentos de deputados, desde de 2010, para que os vários presidentes da câmara colocassem em plenário o parecer aprovado, o mesmo não ocorreu e a mesma está congelada.

Em 2023, o Instituto Mosap (Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas) do qual o Proifes-Federação e o Adufg-Sindicato são associados, contratou um estudo em relação à renúncia fiscal dos municípios, estados, DF e união com a extinção das contribuições dos aposentados e pensionistas. Verificou-se que os Municípios deixariam de arrecadar R\$2,44 bilhões, os Estados R\$16,7 bilhões e a União R\$6,03 bilhões a valores de 2023. Considerando o parecer aprovado, os Municípios deixariam de arrecadar R\$1,6 bilhões, os Estados R\$11,2 bilhões e a União R\$3,8 bilhões.

Os números acima explicam a dificuldade de colocar em plenário a PEC 555/2006, mesmo com o escalonamento.

Diante disso, o Mosap procurou trabalhar numa proposta com maior viabilidade de aprovação e possibilidade de andamento no legislativo, chegando assim à seguinte proposta que foi aprovada no 17º Congresso do Mosap:

1. Redução de um décimo da contribuição, que exceder o teto, a cada ano a partir da data em que o titular do benefício atingir 66 anos de idade e ficando isento quando o titular do benefício da aposentadoria ou pensão por morte atingir 75 anos de idade.
2. Não cobrança na hipótese de a aposentadoria do titular ser decorrente de incapacidade permanente.

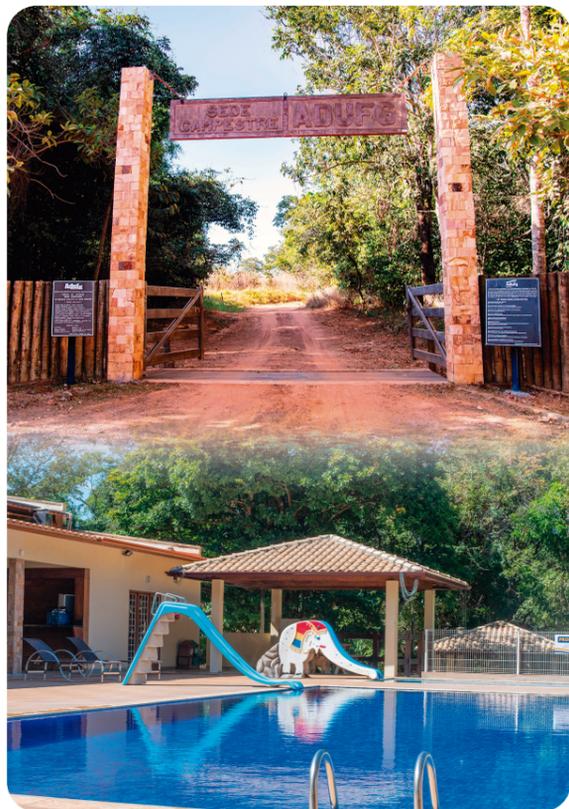
Após um trabalho de mobilização e articulação dos associados ao Mosap, incluindo Proifes-Federação e Adufg-Sindicato, conseguimos a assinatura de 178 deputados para tornar a proposta a PEC 006/2024. Destacamos que houve uma articulação contrária de setores do movimento sindical, que continua no sectarismo da proposta inicial da PEC 555/2006, que foi alterada pelo parecer aprovado em 2010, e mesmo assim não avançou nos últimos quatorze anos, é a turma do tudo ou nada.

Agora, o atual Presidente da Câmara, Arthur Lira, se comprometeu a apensação da PEC 006/2024 à PEC 555/2006 caso consigamos obter 308 requerimentos de Deputados. Isto evitará que a PEC 006/2024 tenha que passar novamente por todas comissões.

O Adufg-Sindicato sempre esteve presente nesta luta, juntamente com ao Mosap, do qual é associado, fazendo as articulações políticas de modo a corrigir uma injustiça desde de 2003, quando iniciou a cobrança. Participamos das mobilizações e Audiências Públicas em Brasília bem como visita aos escritórios e gabinetes dos deputados, mas precisamos do apoio de mais professores de modo a tornar a pressão mais efetiva e conseguir a apensação da PEC 006/2024 à PEC 555/2006, fazendo com que a mesma seja colocada para apreciação no plenário da Câmara dos Deputados.

O ADUFG SINDICATO TEM A SUA DISPOSIÇÃO UMA CHÁCARA, SERVIÇOS DE SAÚDE, ASSISTENCIAIS, JURÍDICOS, LAZER, ALÉM DE REEMBOLSOS COM GASTOS MÉDICOS

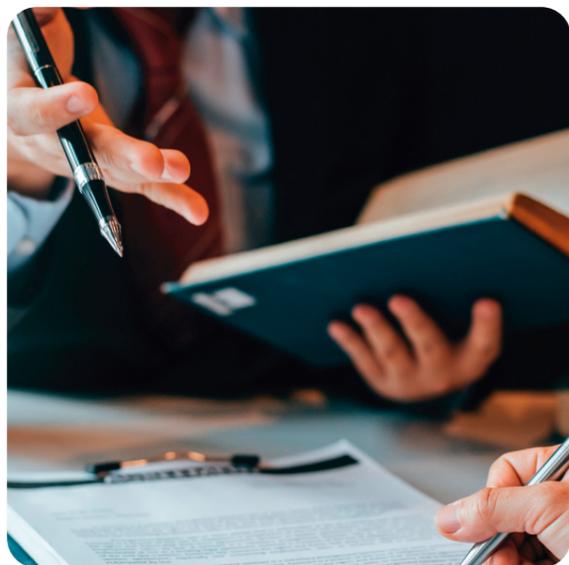
CONHEÇA ESSES BENEFÍCIOS QUE SÃO UMA CONQUISTA DA CATEGORIA



SEDE CAMPESTRE

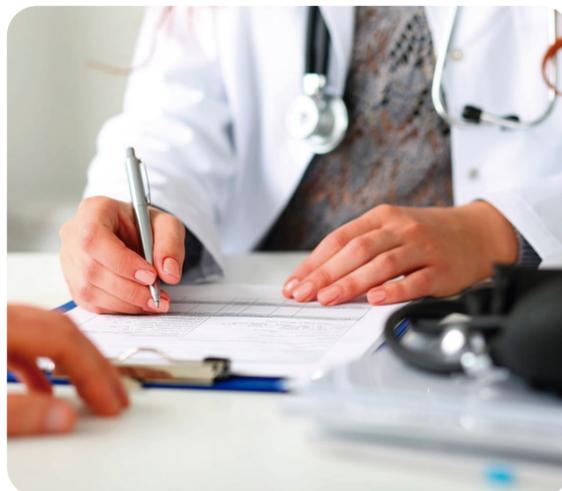
Localizada ao pé do Morro Feio, no município de Hidrolândia, a Sede Campestre conta com piscinas aquecidas, quiosques para churrasco, área de camping, parque infantil, lagoa, pomar, horta, quadra de areia, redário, campo de futebol e chalés. Há, também, um rancho principal com cozinha industrial equipada. Os sindicalizados têm direito a levar seus dependentes e mais cinco convidados. As reservas são realizadas semanalmente.

O local teve seu Plano de Manejo aprovado pelo Governo de Goiás e tornou-se a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural a conseguir o documento em Goiás.



ATENDIMENTO JURÍDICO

Um dos maiores legados do Adufg-Sindicato nos últimos anos é sua atuação jurídica. Reativa e prospectiva, com ações que vão desde o confronto direto contra os ataques do poder público aos servidores e às universidades, até a luta pela defesa dos direitos e da carreira docente. O atendimento é feito nas sedes do sindicato, por meio de agendamento.



PLANO UNIMED

O Adufg-Sindicato oferece plano de saúde por meio da Unimed Goiânia. Os sindicalizados e seus dependentes têm o prazo de até 30 dias contados a partir da data de sua filiação para aderir ao plano de saúde sem carência, respeitando assim o período da movimentação. A entidade também conta com plano odontológico por meio da Uniodonto, que engloba urgência e emergência, diagnóstico, prevenção em saúde bucal, dentística, periodontia, entre outras áreas.



ESPAÇO SAÚDE

Além das atribuições políticas e sindicais, o Adufg-Sindicato também se preocupa com a saúde e o bem-estar dos docentes. O Espaço de Saúde oferece diversas modalidades para atender professores(as), bem como seus dependentes.

Serviços Oferecidos:

- RPG;
- Pilates;
- Ritmos;
- Nutrição;
- Massagem;
- Psicologia;
- Yoga;
- Fisioterapia;
- Uroginecológica;
- Atendimentos de Dermofarmácia.



FUNDO DE RESERVA

O Fundo de Reserva do Adufg-Sindicato contém benefícios pouco conhecidos pelos associados. Este fundo tem, entre outras, as seguintes finalidades:

- a) Pagar os custos com a gestão dos contratos do Plano de Saúde da Unimed Goiânia;
- b) Despesas remanescentes com o Espaço Saúde no atendimento aos usuários do Plano de Saúde contratado pelo sindicato;
- c) Reembolso de benefícios, conforme o estabelecido no regulamento aos do Plano de Saúde, por exemplo:
 - Vacinas para crianças de 0 a 12 anos
 - Aparelhos auditivos;
 - Exames para tratamento de saúde não cobertos pelo Plano de Saúde;
 - Lentes importadas para cirurgia de cataratas.



GRUPO DE ESTUDOS E MELHORIAS (GEM)

Conheça o novo departamento do Adufg-Sindicato. Com o objetivo de estreitar a relação com os seus sindicalizados, acompanhar as demandas e otimizar o atendimento, o Adufg, criou o GEM.

O GEM é um projeto que, propõe facilitar as questões burocráticas e principalmente manter, uma aproximação e contato diário com os filiados, e incentivá-los a interagir com as atividades oferecidas pelo sindicato, assim como convidá-los para uma visita às sedes do Adufg.



AUXÍLIO FUNERAL

O Adufg-Sindicato oferece auxílio funeral no valor de dois salários mínimos e meio. O benefício se aplica no caso de morte do docente, de seu cônjuge ou filhos.

Para solicitar o auxílio funeral ou tirar dúvidas, entre em contato pelo número (62)99811-8823.

“CRESCI PENSANDO NESSA FACULDADE”: MAGDA HELENA COMPARTILHA SEU PERCURSO DE MAIS DE 30 ANOS COMO PROFESSORA DE ANATOMIA

A DOCENTE CONTA COMO OS PROFESSORES DE SUA ÉPOCA SERVIRAM DE BASE PARA A GERAÇÃO DE DOUTORES QUE A UNIVERSIDADE TEM HOJE

Guilherme de Andrade

Eu quero ser professora na faculdade”, pensava Magda Helena de Sousa em sua juventude, mesmo não sabendo o que queria lecionar. Eventualmente, a jovem, que se dedicou desde os estudos primários, realizou seu sonho: Magda ensinou anatomia por mais de 30 anos. “Nunca foi pelo dinheiro, eu gosto muito de passar o que eu sei para as pessoas”, explicou a docente aposentada.

No começo

Filha da costureira Olímpia e do auxiliar de mecânico Aristides, Magda teve uma infância “muito sozinha, muito isolada”. Sua irmã nasceu quando ela já tinha sete anos, e a educação dada pela mãe foi rígida. “Não deixava eu brincar nem com os primos que moravam do lado”, explicou.

Uma lição que a professora aprendeu desde cedo foi a importância dos estudos. “Minha mãe achava que a gente tinha que estudar muito, para não ter a vida que ela tinha, nem a vida do meu pai”, compartilhou. Seja no cumprimento das tarefas domésticas ou nas boas notas na escola, os pais sempre garantiam a educação das filhas.

Uma das lembranças mais fortes da docente é a bicicleta que ganhou depois de ter conquistado um ano de boas notas. Ainda hoje, décadas depois, os olhos de Magda se acendem com um brilho infantil e lágrimas ao lembrar da bicicleta. “Foi o maior presente que eu recebi”, resumiu sorridente.

Na UFG

Não sabia nem o que ia fazer”, compartilhou a angústia anterior ao vestibular. Em dezembro de 1969, prestou para Jornalismo e, em janeiro de 1970, para Farmácia, ambos na UFG. Foi aprovada nos dois, mas, devido à timidez, optou pelo curso de Farmácia.

No começo, sofreu para se acostumar à nova rotina. Costumava dizer que fazia Bioquímica, até que um professor chamou sua atenção: “você faz farmácia!”. Com um histórico de notas altas na educação básica, o ritmo na universidade a frustrou inicialmente. “Lembro de eu ter tirado cinco em anat-

mia, eu fiquei desesperada com aquilo”, compartilhou a decepção com a disciplina que viria a lecionar.

Com o tempo e dedicação, os resultados vieram, mas a situação financeira da família ainda tornava a experiência na UFG um desafio. Em certa oportunidade, se candidatou para a Bolsa Trabalho, verba para assistência estudantil (que exigia trabalhar no contraturno das aulas). Na visita do técnico da UFG a sua casa, para comprovar a renda da família, Magda pediu para os pais escondessem o único bem de valor que possuíam. “Vão ver essa vitrola e achar que a gente é rico”, relembra bem humorada.

Com apoio financeiro e com os estudos em dia, a graduação foi concluída sem reprovações. Em 1973 Magda se formou farmacêutica.

Desafios

Após a graduação, Magda deu início à residência em micologia no IPT (atual IPTSP). Durante a formação, a farmacêutica começou a prestar concursos para se tornar professora na UFG. “Eu achei que fui tão mal, que nem fui olhar o resultado”, relembra sua primeira tentativa. Em março de 1975, Magda foi surpreendida com um telegrama dizendo que ela havia sido aprovada para ser professora de anatomia na Faculdade de Medicina.

Apesar da timidez e da pressão dos colegas médicos sobre ela, a única farmacêutica ensinando na unidade, a professora se dedicou e, com o passar do tempo, se apoderou da posição.

No intuito de se aprimorar, a professora pediu licença, após alguns anos de casa, para fazer mestrado. “Eles não liberaram para eu ir fazer porque não tinha ninguém que ficasse no meu lugar”, compartilhou. Quatro anos depois, após novo pedido, veio a mesma resposta e pelo mesmo motivo. A docente fala em frustração.

Apesar das dificuldades, Magda se sente orgulhosa e confiante do que construiu. “Eu vi que eu estudei tanto, que eu cheguei num nível de saber o detalhe do detalhe da anatomia” disse.

Legado

Oficialmente, Magda se aposentou em 1998, “mas não tinha quem ficasse no meu lugar”. Pelo mesmo motivo das recusas para suas licenças, a professora foi convidada para se substituir por dois anos após sua aposentadoria.

Com o passar do tempo, a docente viu que o que aconteceu com ela, se repetiria. Um colega, que havia sido seu aluno, pediu a licença para os estudos, receoso da negativa. “Para ele sair, também não tinha gente para ficar, e eu me ofereci”, compartilhou um dos casos que se seguiram. Para Magda: “aquela frustração que eu vivi, eu não queria que ninguém passasse por aquilo. Foi muito ruim querer fazer uma coisa e não conseguir”. As dores dela e de tantos outros, limitados pelas mesmas condições, serviram de base para a geração de professores doutores que hoje ocupam as universidades.

